

REFLEXÕES ACERCA DO PAPEL MEDIADOR DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NAS POLÍTICAS DE JUVENTUDE

Rossana Tenório Cavalcanti – UFPE
Alexandre Simão de Freitas – UFPE

Este estudo teve por objetivo mais amplo problematizar o papel das organizações sociais na formulação e implementação de políticas públicas direcionadas aos segmentos juvenis das periferias urbanas. Mais especificamente investigou-se, desde a relação *Estado-Sociedade Civil*, o papel mediador das organizações sociais na configuração dessas políticas. Tomamos como referência as categorias *Esfera Pública* e *Sociedade Civil*, adotando como eixo da argumentação o pensamento do filósofo alemão Jürgen Habermas. A intenção era delinear como as gestões do Governo Fernando Henrique e do Governo Lula apreenderam e delimitaram o papel das organizações sociais no tratamento das questões juvenis. Tomamos como objeto de estudo a organização social *Observatório de Favelas* focalizando os programas: *Rotas de Fuga*, *Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens* e *Redes de Valorização da Vida*. O mapeamento analítico desses programas foi de extrema relevância, pois nos permitiu compreender como vem sendo construídas as ações voltadas à redução da violência letal juvenil. Os dados foram construídos através de análise documental e entrevistas com os gestores e formadores que atuaram no programa *Redes de Valorização da Vida*, desenvolvido na comunidade do Coque localizada no município do Recife. As análises revelaram tensões geradas em torno da ideia de replicação de determinadas experiências sociais e educativas, tendo em vista a demanda governamental de produção de princípios e metodologias de ação passíveis de serem universalizadas. Mais ainda: as tensões indicaram a necessidade de repensar a dimensão temporal das ações propostas, bem como o processo de vinculação entre os formadores e os jovens afetados por estas experiências. Essas questões abarcam dimensões vitais das experiências formativas mobilizadas pelas organizações sociais, comumente, entrelaçadas pelas redes cotidianas dos sujeitos, o que nem sempre é objeto de problematização pelas diretrizes normativas das políticas governamentais. Finalmente, os dados indicaram que apesar das tensões geradas, o programa possibilitou certo impacto na vida dos jovens, na medida em que durante o seu desenvolvimento se iniciou um processo de ressignificação da própria experiência vivida pelos mesmos, o que nos permite concluir que é importante avançar na investigação sistemática das ações educativas realizadas na interface entre a sociedade civil e o Estado.

Palavras-chave: Sociedade Civil, Movimentos Sociais, Políticas Públicas de Juventude.